RESUMO - ESTUDOS TEÓRICOS, DOCUMENTAIS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA - POLÍTICAS PÚBLICAS NO CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL DA DEFICIÊNCIA E OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PARADIGMA INCLUSIVO NOS PROCESSOS SELETIVOS

Jalon Barbosa De Medeiros (jalonbm@gmail.com)

Dandara Queiroga De Oliveira Sousa (dandaraqueiroga@uern.br)

André Felipe Da Silva Lima (af6106154@gmail.com)

Manuela Caroline Azevedo De Medeiros (manuela.medeiros.121@ufrn.edu.br)

Maria Clara Silva Santos (clara.santos.136@ufrn.edu.br)

Rosangela Kelly Felix De Souza (rosangelaa.a@hotmail.com)

A consolidação do modelo social da deficiência representou importante transformação na forma de compreensão dos direitos das pessoas com deficiência, deslocando o foco da limitação individual para as barreiras sociais, institucionais e atitudinais que restringem a participação plena e efetiva desses indivíduos na sociedade. No Brasil, a incorporação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas ao

ordenamento jurídico com status constitucional e a posterior promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência fortaleceram a adoção do modelo biopsicossocial como parâmetro jurídico e político para avaliação da deficiência. Nesse contexto, o presente estudo objetiva analisar os desafios relacionados à implementação da avaliação biopsicossocial da deficiência em concursos públicos e processos seletivos, discutindo seus impactos na efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e na concretização das políticas inclusivas. Trata-se de revisão bibliográfica narrativa, desenvolvida a partir da análise da legislação brasileira aplicável à temática e de produções doutrinárias relacionadas ao modelo social da deficiência, à avaliação biopsicossocial e às barreiras capacitistas presentes nos processos institucionais de reconhecimento da deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, deverá ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando aspectos biopsicossociais relacionados aos impedimentos corporais, aos fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, bem como às limitações de atividade e restrições de participação social. Tal previsão demonstra importante superação do modelo exclusivamente biomédico, tradicionalmente centrado apenas na identificação diagnóstica e na apresentação de laudos médicos. Contudo, a literatura analisada evidencia que muitos processos seletivos ainda reproduzem práticas marcadas por critérios medicalizantes e excessivamente restritivos, dificultando a plena implementação do paradigma inclusivo previsto na legislação brasileira. Observa-se que a persistência de barreiras atitudinais e institucionais compromete a efetividade das ações afirmativas destinadas à reserva de vagas para pessoas com deficiência, especialmente diante de situações em que a análise da deficiência permanece condicionada à demonstração evidente de limitações perceptíveis de forma imediata. Nesse cenário, as bancas multiprofissionais e interdisciplinares assumem papel relevante para assegurar avaliações mais contextualizadas, individualizadas e compatíveis com os princípios da igualdade material, da acessibilidade e da inclusão social. Conclui-se que a avaliação biopsicossocial representa importante instrumento de efetivação dos direitos da pessoa com deficiência, sobretudo no acesso ao trabalho e à participação social em igualdade de oportunidades. Entretanto, a concretização desse modelo ainda enfrenta

desafios relacionados à padronização dos critérios avaliativos, à capacitação das equipes multiprofissionais e à superação de práticas institucionais marcadas pelo capacitismo estrutural, demonstrando a necessidade de fortalecimento contínuo das políticas públicas inclusivas.

Palavras-chave: avaliação biopsicossocial; lei brasileira de inclusão; inclusão social; políticas públicas.